GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

INTERVENÇÃO SOBRE VETO DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA AO DECRETO DO ORÇAMENTO PARA 2011

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Um tanto ou quanto inesperadamente, o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores volta a reunir, extraordinariamente, para analisar o veto político do senhor Representante da República ao Decreto do Orçamento para o ano de 2011.

Que fique claro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores não deixa qualquer crítica ou reparo à legitimidade deste veto político que se enquadra nas competências constitucionais do senhor Representante da República que reconhecemos e respeitamos.

Posição muito diferente é concordar com os argumentos que justificam este veto político e nesta matéria, o Grupo Parlamentar do PS/Açores reafirma a sua total discordância.

Essa discordância, sendo também política é, sobretudo, uma discordância de raiz açoriana. De raiz autonómica, na defesa da nossa legitimidade competencial e política, enquanto Órgão de Governo Próprio dos Açores.

Em boa verdade, no argumentário do referido veto, o Sr. Representante da República contradiz-se e nega-se a si próprio.

Se acha – como o próprio refere no ponto 3 do veto - que a norma é criticável na sua conformidade constitucional, tinha só um caminho: pedir a sua fiscalização preventiva ao Tribunal Constitucional.

Ao não optar por esse caminho, o Senhor Representante da República vê-se numa encruzilhada para onde foi empurrado pelas afirmações extemporâneas e imponderadas do Sr. Presidente da República e não tem outro remédio senão exercer a negação das suas competências, pactuando com uma norma com a qual ele próprio não se considera confortável.

A utilização do veto, em detrimento da fiscalização preventiva é, também, um reforço claro do que sempre defendemos – temos toda a legitimidade política e competencial para legislar sobre esta matéria. Isso não nos é conferido por titulares de órgãos de soberania ou por protagonistas do Terreiro do Paço, de São Bento ou de Belém. É-nos conferido pela Constituição da República Portuguesa e pelo nosso Estatuto.

E é preciso dizer neste momento, que à luz deste enquadramento, é ilegítimo pedir a esta Assembleia para retirar a norma do Decreto. Ou a norma é inconstitucional ou não é.

Para este Grupo Parlamentar, claramente não é.

Essa norma enquadra-se no disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que, no seu Artigo 3º, prevê que um dos objectivos fundamentais da Autonomia é, precisamente, a "atenuação dos efeitos desfavoráveis da localização ultraperiférica da Região, da insularidade e do isolamento".

As nossas convicções, fundadas no melhor para os açorianos e para os Açores, não se alteraram com este veto. Pelo contrário, as nossas convicções saem reforçadas deste processo.

Ouvir toda a polémica gerada em torno deste assunto, todo o desconhecimento e ignorância sobre os Açores e a Autonomia Regional, de protagonistas políticos e de comentadores de vários quadrantes partidários e ideológicos faz-nos reforçar o nosso empenho e motivação em continuar a afirmar a importância de um modelo autonómico responsável, através do qual seja possível continuar a desenvolver a nossa Região.

Esta questão não é um preciosismo ideológico nem tão pouco um bairrismo retrógrado.

É uma questão de enorme centralidade para o nosso futuro, que deve ser sustentado numa geração que encare uma autonomia

financeira, política e administrativa como um instrumento necessário e crucial para melhor desenvolver a nossa terra.

E isso é que interessa, acima de tudo, a nossa Terra.

Os Açores. Os Açorianos.

Esse combate de clarificação e de aprofundamento da nossa organização autonómica só pode ser feito por quem está à altura desse desafio.

Por quem não tem medo, nem se atemoriza com doutrinas centralistas e por quem põe, acima de tudo e de todos, os interesses dos Açores.

É por isso que, neste momento, não posso deixar de dar uma palavra de apreço e de respeito aos vários partidos políticos dos Açores e a sindicatos e instituições regionais e locais que, perante toda esta polémica, não hesitaram em afirmar a defesa da nossa autonomia e da nossa legitimidade contra o centralismo e ignorância de muitas correntes de opinião da República.

Mas se por um lado nos congratulamos com essa postura, por outro lado lamentamos que o maior partido da oposição nos Açores, que outrora foi uma referência no processo de construção autonómica, esteja refém do PSD Nacional e da agenda do Sr. Presidente da República.

O PSD/Açores tinha esperança escondida que o Decreto em causa fosse enviado para o Tribunal Constitucional. Queria desviar este assunto do debate político regional, na expectativa que passasse,

apenas, para o plano constitucional. Seria uma opção prejudicial para os Açores, dada a jurisprudência do Tribunal Constitucional, mas permitiria esconder, por agora, os silêncios ensurdecedores do PSD/Açores.

Nas últimas semanas, todos os partidos nesta Assembleia, com argumentos diferenciados, vieram ao debate público. E todos defenderam os Açores e a Autonomia. Todos, menos um, o mesmo de sempre, o PSD Açores.

Mesmo perante um veto político – repito político – a líder do PSD/Açores achava que não tinha nada a dizer aos açorianos, que tinham, assim, de se contentar com o que diz o Representante da República, fiel tradutor das dúvidas e suspeitas do senhor Presidente da República, Dr. Cavaco Silva.

Quando mais não podia refugiar-se no silêncio, Berta Cabral falou finalmente sobre esta matéria mas, em boa verdade, mais valia não ter dito nada.

Dizer que não comenta um veto político sustentado da forma como está, classificar como “guerrilha artificial” esta questão, quando se põe em causa as competências desta Assembleia, ou promover aproveitamentos e oportunismos político partidários desta matéria é a negação última da defesa da Autonomia.

Esperava-se mais, muito mais, do PSD Açores.

Esperava-se que honrasse o seu passado autonomista e que se juntasse aos agentes políticos, sociais e sindicais dos Açores ou até

mesmo a figuras importantes e grandes referências do PSD Açores, na defesa das nossas competências e da nossa legitimidade.

Infelizmente, esta postura começa a ser hábito. Foi assim agora e foi assim na revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, que acabou no Tribunal Constitucional, com o PSD/Açores a juntar-se ao lado da desconfiança, em detrimento dos Açores.

Em boa verdade isto indica-nos, claramente que sempre que o centralismo bate à porta, a Dra. Berta Cabral abre a porta ao centralismo. É por isso que a Presidente do PSD/Açores transformou-se na mais digna representante, nos Açores, de quem tem desconfianças sobre o processo autonómico.

“Este é um PSD/Açores com partido a mais e Açores a menos. É um PSD/Açores que tem vergonha de levantar a sua voz mesmo quando ouve verdadeiras barbaridades da nossa Autonomia.

O amor e respeito pelos Açores e pelos Açorianos não é compatível com silêncios quando nos agridem e rebaixam!

Ou se defende a Autonomia ou não se defende.

Aqui não há dois caminhos. O PSD/Açores escolheu o seu.

E é bom relembrar que toda esta polémica desproporcionada começou pela voz de um antigo líder do PSD, de seu nome Marques Mendes, que agora até defende, imagine-se, cortes nas transferências financeiras para os Açores, apenas e só, porque um Governo Regional tomou uma opção política legítima.

Em bom rigor, o PSD Açores passou a maior parte do tempo calado, tentando passar despercebido porque não queria desrespeitar a sua direcção nacional nem o patriarca do PSD, de seu nome Cavaco Silva, mas quando falou foi intelectualmente e politicamente desonesto.

Devia ter-se insurgido contra o antigo líder que agora defende cortes para os Açores e para os Açorianos e não o fez;

Devia ter-se insurgido e não o fez, contra o líder parlamentar do PSD na Assembleia da República quando este elogiou o veto político do, e estou a citar, "Ministro da República", imagine-se "Ministro da República", cargo já extinto na ultima revisão constitucional, o que demonstra bem o desconhecimento que os dirigentes nacionais do PSD têm sobre esta matéria;

Devia, ainda, ter tido a honestidade política de reconhecer que a remuneração compensatória é uma das várias medidas de apoio social previstas para 2011, que abrange 3.700 funcionários públicos que ganham entre 1.500 e 2.000 mil euros.

Porquê estes? Porque os funcionários que ganham menos de 1.500 euros não sofrem cortes salariais. No fundo, com a remuneração compensatória, o Governo Regional garantiu que um total de cerca de 15 mil trabalhadores, ou seja 83 por cento dos funcionários da Administração Pública Regional, não sofre uma redução do vencimento ilíquido em 2011.

E é importante esclarecer todos os Açorianos que esta medida é apenas uma medida de um conjunto de medidas implementadas

para amenizar os impactos do plano de austeridade nacional, de apoio às famílias e empresas e que abrange vários extractos sociais, onde se inclui o aumento do Complemento Regional de Pensão e do Complemento Regional ao Abono de Família para Crianças e Jovens, a criação do Fundo Social de Compensação Social e a suspensão dos aumentos das mensalidades das creches, jardins-de-infância e ATL´s, além da manutenção e, nalguns casos, do reforço dos apoios sociais às famílias e às empresas que já existem.

Sobre a postura do PSD é preciso desmistificar duas questões:

1ª- A 09 de Novembro, a Presidente do PSD/Açores, no final das jornadas parlamentares, exigia que o Governo Regional apoiasse as famílias e as empresas e propunha mesmo um aumento do complemento do abono de família, do subsídio de insularidade e do complemento regional de pensão. Depois, quando se apercebeu que estas medidas já estavam previstas, não encontrou outra solução senão desvaloriza-las, postura que denota grande falta de responsabilidade.

2ª - O PSD tem falado insistentemente na sua proposta sobre o IRS como se isso fosse a solução para todos os males.

Mas é preciso esclarecer, que se a sua proposta de redução de IRS tivesse sido aprovada nesta Assembleia, a polémica nacional teria sido a mesma ou maior. Porque, no fundo, a situação era a mesma: a opção de uma Região de tomar medidas, dentro das suas

competências, que vão contra-corrente com o resto do país e todos percebem isso, menos o partido proponente.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PS/Açores anuncia que vai reconfirmar a norma do artigo 7º que consta do Decreto do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2011.

Por uma questão de convicção já acima explicada, mas também por uma questão de memória.

Basta ler a história dos movimentos autonómicos nos Açores para perceber que no início, alguns, ainda poucos, tiveram a coragem de se levantar e defender a sua terra.

Incentivados por estes primeiros, outros levantaram-se também. Com o passar do tempo, muitos milhares também se levantaram e, juntos, criaram um dos maiores sucessos do Portugal Democrático: A Autonomia Regional.

Se estamos aqui hoje é porque, durante décadas, muitos se levantaram a defender a sua Região, não por tácticas políticas ou benesses, mas pela convicção de ser açoriano.

É este legado que estamos, no fundo, aqui a defender. É esta a nossa responsabilidade. É esta a nossa convicção.

Cada veto político, cada opinião infundada, cada desconfiança, cada suspeita alimentam-nos para defender o legado autonómico que herdamos de gerações de autonomistas.

Esta é a nossa missão. Nós escolhemos a autonomia sobre o centralismo.

Escolhemos o nosso governo próprio sobre as opções arbitrárias. Escolhemos o rumo do nosso desenvolvimento sobre o esquecimento crónico.

Escolhemos viver nestas ilhas, com a bruma que nos orgulha e que não nos esconde porque nós não nos escondemos, não nos atemorizamos.

Àqueles que se escondem, por medo, por conveniências partidárias ou por cobardia política cito Victor Hugo, poeta e escritor francês republicano - “A Prudência dos Cobardes assemelha-se à Luz das Velas: Ilumina mal, porque treme.”

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Dezembro de 2010.

Presidente do Grupo Parlamentar do PS na ALRAA

Berto Messias